



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

PROJETO BÁSICO

REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM LARANJEIRAS/SE.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe – SSP/SE, Órgão integrante do Governo do Estado de Sergipe, apresenta Projeto Básico visando à contratação de serviços de: Reforma e Ampliação do Centro Integrado de Segurança Pública em Laranjeiras, localizado na rua Barro Siqueira de Menezes, 163, Centro Laranjeiras-SE.

Neste documento entende-se por:

- CONTRATANTE: Estado de Sergipe por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe.
- CONTRATADA: Empresa contratada para execução da obra.
- FISCALIZAÇÃO: Técnicos credenciados pelo CONTRATANTE para acompanhamento da obra.
- ÓRGÃOS REGULADORES, FISCALIZADORES, CONCESSIONÁRIOS: Órgãos encarregados de normatizar, fiscalizar e aprovar a prestação dos serviços públicos, além da aplicação das leis, decretos, normas e qualquer obrigação legal.
- LEGISLAÇÕES E NORMAS: Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Estaduais nº 342 de 28/06/2023 e nº 368 de 01/08/2023.

2 – DO OBJETO

O presente Projeto Básico tem como objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão os procedimentos para a contratação de empresa especializada para realizar serviços de **Reforma e Ampliação do Centro Integrado de Segurança Pública em Laranjeiras/SE.**

3 – JUSTIFICATIVA

Os serviços objeto deste Projeto Básico têm amparo legal no inc. XXI do art. 37 da Constituição da República, bem como na Lei Federal n.º 14.133/2021 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

HISTÓRICO.

O Centro Integrado de Segurança Pública em Laranjeiras, no atual local em que se encontra, foi erguida em maio de 2012, ostentando espaços pequenos e pouco funcionais, noções não imaginadas à época de sua construção. Foi configurada na forma de CISP (Centro Integrado de Segurança Pública), atuando Polícia Civil e Polícia Militar no mesmo prédio.

DA ATUALIDADE.

Atualmente, o Município de Laranjeiras tem uma população de 29.903 habitantes, numa área de 162,538 km², dando uma densidade demográfica de 162,2 hab/km². Ademais, na cidade ocorre muita migração pendular (diariamente) devido à sua proximidade com a capital (18 km) sendo por isso considerada uma cidade-dormitório.



GOVERNO DE SERGIPE

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Acrescente-se que Laranjeiras é uma cidade histórica, conhecida por seu rico patrimônio cultural e arquitetônico, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, além de possuir monumentos tombados individualmente. A Universidade Federal de Sergipe incluiu o Curso de Bacharelado em Arqueologia na cidade por se tratar de um sítio arqueológico a céu aberto. Ademais, encontra-se localizado no município de Laranjeiras o complexo turístico “Reserva Boa Luz”, que atrai diversos hóspedes e usuários diariamente. Por tais razões, há um fluxo mais intenso de turistas e estudantes no Município, aumentando-se a demanda a cargo desta unidade policial.

Ressalte-se que, além da proximidade com a Capital do Estado, o município de Laranjeiras fica às margens de duas Rodovias Federais (BR 101 e BR 235), sendo passagem obrigatória para caminhoneiros e motoristas com diversos destinos e tipos de cargas transportadas, sendo frequentes os registros de ocorrências de acidentes de trânsito na região.

A cidade conta ainda com grandes indústrias como a UNIGEL (antiga Petrobrás/Fafen), fábrica de fertilizantes e nitrogenados, Votorantim, fábrica de cimento, Usina São José do Pinheiro, produtora de álcool e açúcar, e White Martins, o que potencialmente aumenta o número de registros de ocorrências, diante do alto fluxo de trabalhadores que diariamente se deslocam para as mencionadas empresas.

Mister pontificar que o Centro Integrado de Segurança Pública em Laranjeiras, por estar situada em local de fáceis visualização e acesso, deveria ostentar excelente estrutura arquitetônica e urbanística, haja vista a quantidade de turistas que chegam, todos potenciais usuários desta unidade policial, uma vez que passam/trafegam por esta circunscrição policial, podendo sofrer tanto fatos típicos, quanto atípicos (por exemplo, necessitar de BO por um acidente automobilístico).

Refletindo o crescimento sócio-econômico, igualmente foi o recrudescimento da criminalidade. Para retratar o que ocorre no Centro Integrado de Segurança Pública em Laranjeiras, atente-se para os índices desta unidade policial em 2023 e 2024:

Procedimentos/Anos	2023	2024
BOs	1.496	1.559
IPs	181 (135 Portaria e 46 APF)	229 (190 Portaria e 39 APF)
TCs	35	124
AIAI	9	7
BOC	3	9

Para encerrar este enfoque sobre o Centro Integrado de Segurança Pública em Laranjeiras, convém mensurar que seu espaço é dividido entre Policiais Cíveis e Militares, por se tratar de CISP (Centro Integrado de Segurança Pública). Desde 2021, dois Delegados de Polícia exercem suas atribuições na unidade policial, além de equipe de oficiais investigadores.

O prédio está apresentando infiltrações em vários ambientes (na entrada principal, recepção, salas, cozinha, banheiros). Há paredes com reboco se desfazendo e a maioria das outras paredes se encontra com mofo, também devido às infiltrações. Ademais, resta comprometida a parte elétrica em alguns locais, a exemplo da cozinha, sendo necessário retirar a geladeira e o microondas e colocá-los na área de serviço externa para que possam ficar ligados, ficando estes eletrodomésticos expostos, já que em local inadequado.

O Centro Integrado de Segurança Pública em Laranjeiras possui espaços pequenos e desconfortáveis, com banheiros indignos, sala para confecção de boletins de ocorrência apertada para demanda dos cidadãos, ausência de área para receber advogados, defensores, juizes, promotores e outras Autoridades, segurança deficiente por grades e portas já desgastadas ou danificadas.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

Outrossim, tendo em vista que atualmente o Centro Integrado de Segurança Pública em Laranjeiras possui 02 (dois) Delegados de Polícia exercendo suas atribuições, há necessidade de adequação do espaço, com ampliação, para que seja possível a instalação de mais um gabinete e cartório. Atente-se que há razoável área externa ociosa, que pode (e deve) ser usada para ampliação.

O projeto de reforma prevê as principais intervenções:

- Ampliação da recepção e de salas, destinadas ao trabalho dos Escrivães da Polícia Civil e da Polícia Militar durante a elaboração do Relatório de Ocorrência Policial (ROP) e dos Boletins de Ocorrência.
- Criação de dois gabinetes para Delegado(a), cada um composto por sala e banheiro de uso exclusivo.
- Ampliação do alojamento da Polícia Militar e execução de banheiro com capacidade adequada, em conformidade com a NBR 9050.
- Reestruturação dos banheiros acessíveis para Pessoas com Deficiência (PCD), atendendo integralmente às normas de acessibilidade.
- Ampliação da copa, de modo a comportar mesa de jantar, e ampliação da área de serviço.
- Construção de área de ventilação, visando garantir condições adequadas de conforto, iluminação natural e ventilação na edificação.
- Readequação e melhoria interna das celas, de acordo com o novo pré-dimensionamento.
- Instalação de rampa de acesso para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, conforme as especificações da NBR 9050.

Justifica-se a presente demanda pela Reforma do referido Centro Integrado de Segurança Pública no local existente, por ser um prédio próprio e condições de ser realizada a obra. Além do mais, trata-se da retomada de obra paralisada em virtude de descumprimento contratual pela empresa contratada, em outro certame licitatório. Também com a realização da reforma e ampliação será implantado o Centro Integrado de Segurança Pública que abrigará os Policiais Militares que atualmente estão alocados em Prédio alugado, o que com a obra permitirá a redução desse custo de locação.

4 – ESCOLHA DA PROPOSTA E REGIME DE EXECUÇÃO.

O critério para a escolha da proposta será o de MENOR PREÇO, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo que os serviços obedecerão ao REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, conforme art. 46 da Lei nº 14.133/2021.

5 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

A modalidade adequada para a contratação será a Concorrência, de acordo com a previsão contida no art. 28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, devendo os licitantes preencherem os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

6 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fase de habilitação da licitante, deverá ser verificada a regularidade da empresa licitante, conforme determina o art. 62, da Lei nº 14.133/2021, solicitando os seguintes documentos, relativos a:

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1.1. Cédula de identidade;



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

6.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF).

6.2.2. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abranja inclusive as contribuições previdenciárias;

6.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

6.2.4. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.2.5. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitida pelo Estado relativa ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos Débitos Estaduais, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual;

6.2.6. Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitido pelo Município relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente ao Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza e sua respectiva Dívida Ativa, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal.

6.2.7. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.2.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.2.8. CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

6.2.8.1. Declaração de Inexistência de Empregados Menores, conforme Anexo XIII.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

6.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.3.1. Certidão de registro da licitante no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou Órgão Fiscalizador Competente no Estado de sua sede ou do seu domicílio.

6.3.2. Declaração emitida pela própria Licitante de que visitou o local de execução da obra e de recebimentos dos documentos atinentes a Dispensa.

6.3.2.1. A empresa que optar por não realizar a visita técnica deverá, obrigatoriamente, apresentar junto à sua documentação de habilitação uma declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento, podendo, referida declaração, ser firmada de acordo com o Instrumento Convocatório. Dessa forma, caso venha a ser vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

6.3.3. Atestados ou Certidões de Capacidade Operacional, registrados no CREA da respectiva região onde foram executados, que comprovem ter a empresa licitante executado, para pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, Serviços/Obras de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto da presente licitação.

6.3.3.1. Para efeito de comprovação do item anterior, deverá constar nos Atestados ou Certidões que a empresa executou:

6.3.3.1.1 – Revestimento cerâmico para piso ou parede, numa quantidade igual ou superior a 291,00 m², que é a quantidade equivalente a 40% do total deste item da planilha orçamentária;

6.3.3.1.2 – Pintura sobre paredes ou tetos, numa quantidade igual ou superior a 641,00 m², que é a quantidade equivalente a 40% do total deste item da planilha orçamentária

6.3.3.1.3 – Concreto armado, numa quantidade igual ou superior a 11,00 m³, que é a quantidade equivalente a 40% do total deste item da planilha orçamentária;

6.3.4. Comprovação do licitante de possuir, na data prevista para entrega da proposta, comprovação da existência de um contrato de prestação de serviços, ou até mesmo de um pré-contrato, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação comum com profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às do objeto da presente licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância do objeto da licitação.

6.3.4.1. Para efeito de comprovação do item anterior, deverá constar nos Atestados ou Certidões que o profissional executou:

6.3.4.1.1 – Revestimento cerâmico para piso ou parede

6.3.4.1.2 – Pintura sobre paredes ou tetos

6.3.4.1.3 – Concreto Armado

6.3.5. Indicação do Responsável Técnico com sua devida qualificação.

6.3.6. Declaração de Concordância do Engenheiro Responsável Técnico.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.4.1. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, vigente, no mínimo, até a *data do recebimento da Proposta Financeira e Documentos de Habilitação*;

NOTAS EXPLICATIVAS:

- a) Os documentos de habilitação terão como jurisdição a sede (matriz) da empresa, quando esta for a proponente no processo licitatório.
- b) Quando a filial da empresa for a proponente no processo licitatório, os documentos de habilitação unificados terão como jurisdição a sede (matriz), e os documentos de habilitação não unificados terão como jurisdição o domicílio da filial.
- c) Os prazos de validade dos documentos apresentados na habilitação serão os neles inseridos.

6.5 – DECLARAÇÕES

6.5.1 - Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação.

6.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5.3. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

6.5.4 O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e deverá ser assinada por representante legal da licitante ou por procurador, munido de procuração hábil, nos termos da Lei.

7– DO LOCAL PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do objeto, item 2 deste PROJETO BÁSICO, demonstrado através das planilhas, cronograma e projetos em anexo, deverão ser executados **na rua Barro Siqueira de Menezes, 163, Centro Laranjeiras-SE.**

8 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. Os Recursos Orçamentários para o pagamento da execução dos Serviços/Obras objeto deste Projeto Básico, quando ordenados, serão oriundos da Fonte de Recurso 713, a Despesa será consignada à seguinte Dotação: 224011.06.181.00250; Projeto/Atividade: 0399 e Elemento de Despesa: 4490.51.

9 – DO VALOR ORÇADO

9.1. O Valor Orçado do FUNESP, para efeito de avaliação da exequibilidade da proposta, inclusive os custos indiretos é de **R\$ 1.373.788,54 (um milhão, trezentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)**, tendo como referência o mês julho/2025-1, valor este que se estabelece como condição para a desclassificação das propostas cujo valor global venha a ser a ele superior.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

9.2. O Valor de Custo do FUNESP para efeito da comprovação do Capital Social é de **R\$ 1.099.149,97 (um milhão, noventa e nove mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e sete centavos)**.

10 – DO PRAZO DOS SERVIÇOS/OBRAS

10.1. Os Serviços deverão ser executados e concluídos no prazo de **300 (trezentos) dias**, de acordo com o cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo, a mobilização. O prazo se inicia a partir da expedição da Ordem de Serviços e Mobilização emitida pela Diretoria competente do FUNESP, e consequentemente ciência da CONTRATADA.

10.2. O prazo de vigência do contrato será de **16 (dezesesseis) meses**, contados a partir da sua assinatura.

10.3. Os eventuais períodos de paralisação dos Serviços/Obras serão autorizados pelo FUNESP, devidamente justificados, e o cronograma físico-financeiro ajustado aos dias de efetiva realização dos serviços.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras responsabilidades definidas neste contrato, a CONTRATADA obrigar-se a:

12.1. Após assinado o contrato de empreitada, anotá-lo no CREA/SE, conforme determina a Lei nº 5.194 de 24/12/66, e Resolução nº 307, de 28/02/86, do CONFEA.

12.2. Compete à CONTRATADA, antes de iniciar os serviços, fazer minucioso exame das especificações de modo a poder, em tempo hábil e por escrito, apresentar aos componentes da equipe de fiscalização, todas as dúvidas porventura encontradas para devido esclarecimento e aprovação.

12.3. Apresentar à FISCALIZAÇÃO todos os materiais a serem empregados na obra em suas embalagens originais para que os mesmos possam ser aprovados antes da sua utilização.

12.4. Empregar materiais de acordo com as especificações técnicas e as indicações de projeto – respeitadas as marcas, tipos, modelos, cores, dimensões, etc. – independente de consulta. Sua substituição por similares deverá ser previamente aprovada através de consulta feita por escrito e encaminhada à FISCALIZAÇÃO; obrigando-se a CONTRATADA a demonstrar a similaridade do material ou equipamento proposto mediante a apresentação de laudos comprobatórios ou testes de ensaio, de institutos idôneos e reconhecidos.

12.5. Assumir total e integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes de realização destes trabalhos, sob critério da Lei 14.133/2021.

12.6. Prestar à obra toda assistência técnica e administrativa necessária, adquirindo e mantendo durante a execução dos serviços todo pessoal especializado e materiais necessários a uma execução perfeita e dentro dos prazos estabelecidos, além de equipamentos destinados a atendimento de emergência, incluindo os de proteção contra incêndio e acidente de trabalho – EPI e EPC.

12.7. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, facultando seu acesso a qualquer parte da obra para inspeção de serviços e materiais, inclusive locais fora do canteiro como depósitos ou oficinas, onde estejam armazenados ou em fabricação, matérias para empregos da obra.

12.8. Responsabilizar-se:



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

- Pelas instalações de água, esgoto, luz, força e telefone.
- Pelo transporte de operários, equipamentos e materiais, dentro e fora do canteiro de obras.
- Pela manutenção do canteiro permanentemente em condições de higiene.
- Pela sinalização de segurança e circulação.
- Por qualquer acidente ocasionado em decorrência da obra, tanto ao pessoal a ela diretamente ligado, bem como a terceiros, ainda que ocorridos em via pública.

12.9. Comunicar a administração, por escrito e no prazo de 48 horas, quaisquer alterações e acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, a CONTRATADA de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do presente, total ou parcialmente, por motivo superveniente.

12.10. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes às obrigações fiscal, social, tributária e ainda por todos os danos e prejuízos que a, qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, responder por si.

12.11. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes.

12.12. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato.

12.13. Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE durante a execução do contrato, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial.

12.14. Responsabilizar-se, ao seu ônus, pela aprovação/autorização dos projetos junto aos órgãos reguladores/fiscalizadores/concessionários, além de providenciar todas as licenças e franquias previstas em lei necessárias à execução dos serviços contratados, incluindo os pagamentos exigidos e observando as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e segurança pública.

12.15. A contratada concede livre acesso aos documentos administrativos, aos registros contábeis e informações bancárias da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo do Estado de Sergipe. (nos termos do artigo 24 da Instrução Normativa nº 006, de 10/12/2008)

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se, nos seguintes termos:

- 13.1. Caberá à contratante fornecer as informações necessárias para a realização dos trabalhos.
- 13.2. O fiel cumprimento das obrigações pactuadas no CONTRATO, como também o fiel pagamento das parcelas devidas.
- 13.3. Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do presente



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

objeto.

13.4. A preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

14. DAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. A **CONTRATADA** cometerá infração administrativa, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021 e do artigo 212 do Decreto Estadual nº 342/2023, se:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.2. Pelo cometimento das infrações descritas no item 12.1, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, bem como observados os termos e procedimentos dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e dos artigos 212 a 247 do Decreto Estadual nº 342/2023:

I – Advertência, exclusivamente pela infração prevista na alínea “a” do item 12.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II – Multa, observados os seguintes limites máximos:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras ou serviços de engenharia não cumprido;
- b) 15 % (quinze por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com a consequente rescisão contratual;

III – Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de Sergipe, pelo prazo de até 3 (três) anos, pelas infrações previstas nas alíneas “b”, “c” e “d” do item 12.1.;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, pelas infrações previstas nas alíneas, “e”, “f”, “g” e “h” do 12.1.

16 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

O inadimplemento por parte da empresa vencedora deste certame de quaisquer das cláusulas do contrato, inexecução e/ou disposições deste projeto básico, implicará sua rescisão, conforme os arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, além da aplicação das penalidades descritas no item 14.

17 – RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

17.1. O recebimento do objeto será realizado em duas fases, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/21, conforme abaixo:

17.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização especialmente designado, através de termo circunstanciado, assinado pelas partes, mediante prévia conferência dos serviços, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação da contratada, observado o cronograma físico-financeiro apresentado.

17.1.2. Definitivamente, em até 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação pela contratada que os serviços estão aptos ao recebimento definitivo, caracterizado após a análise de comissão especialmente designada, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, depois da Conferência de adequação dos serviços aos termos contratuais;

17.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

17.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

17.4. A contratante aceitará os serviços conformes ou, no caso de verificar eventuais pendências, elaborará relatório circunstanciado e notificará a contratada para solucionar as pendências no prazo estabelecido, sem prejuízo das demais ações.

17.5. A justificativa acerca de serviços incompletos ou desconforme será avaliada pela contratante para aferição de eventual infração contratual.

17.6. Os serviços serão atestados em conformidade com o cronograma físico-financeiro, após o cumprimento das exigências da respectiva etapa.

17.7. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/21.

17.8. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

17.9. A contratante poderá efetuar glosas legais e por inexecução, sem prejuízo da aplicação de sanções.

18 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 – O pagamento será efetuado, mensalmente, mediante entrega dos SERVIÇOS, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação, no protocolo do órgão interessado, da documentação hábil à quitação: (I) nota fiscal; (II) planilha dos serviços realizados; (III) certidão de regularidade fiscal, social e trabalhista com a fazenda do Estado de Sergipe (Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abranja inclusive as contribuições previdenciárias; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA; Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitida pelo Estado relativa ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente aos Débitos Estaduais, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual; Certidão Negativa ou Certidão Positiva, com efeitos de Negativa emitido pelo Município relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou seja, atinente ao Imposto Sobre os Serviços de Qualquer Natureza e sua respectiva Dívida Ativa, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal).

18.2 – O pagamento só será efetuado após a verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista da empresa, ficando a contratada ciente de que deverá apresentar todas as certidões negativas.

18.3 – Nenhum pagamento será efetuado a empresa vencedora do processo licitatório, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18.4 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

19 – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

19.1. A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro designado pela CEHOP.

19.2. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de um DIÁRIO DE OBRA, permanentemente disponível para lançamento nos locais dos serviços, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guarda, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a qual deverá entregar, diariamente, cópia do Diário de Obra ao Engenheiro Fiscal ou Empresa responsável pela Fiscalização.

19.3. As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da CONTRATADA, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra e aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu Engenheiro.

19.4. Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a CONTRATADA deverá recorrer ao Diário de Obras, sempre que surgirem quaisquer imprevistos, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais. Neste caso também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

19.5. Serão obrigatoriamente registrados nos Diários de Obra:

19.5.1. PELA CONTRATADA:

19.5.1.1. As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

19.5.1.2. As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas à sua ingerência;

19.5.1.3. As consultas à fiscalização;

19.5.1.4. As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

19.5.1.5. Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

19.5.1.6. As respostas às interpelações da fiscalização;

19.5.1.7. A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para os serviços;

19.5.1.8. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.

19.5.2. PELA FISCALIZAÇÃO:

19.5.2.1. Atestado da veracidade dos registros previstos nos subitens 19.5.1.1. a 20.5.1.8 anteriores;

19.5.2.2. Juízo formado sobre o andamento do serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;

19.5.2.3. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no Diário de Ocorrência;

19.5.2.4. Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea par a autoridade superior;

19.5.2.5. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA;

19.5.2.6. Determinação de providências para o cumprimento das especificações;

19.5.2.7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

20 – DAS SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Nos termos do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, a critério exclusivo e mediante autorização expressa do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas.

21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

21.1. Para a execução deste Contrato a CEHOP, designará, por ato da Diretoria a que se vincula este



GOVERNO DE SERGIPE
Secretaria de Estado da Segurança Pública

Contrato, um Engenheiro como seu representante, com a competência de Gestor de Contrato, que dentre outras atribuições anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto deste Contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

21.2. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência prevista no ato de designação, deverá o Gestor de Contrato do **Fundo Especial para Segurança Pública - FUNESP** solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

21.3. Demais condições serão estabelecidas no Edital de Licitação.

22 – DOS ANEXOS

ART/ RRT do Projeto, Estudos Preliminares, Memoriais Descritivos, Especificações Técnicas, Orçamento Descritivo, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo, Cronograma, Composições, BDI, Cotações, Relatório Fotográfico, Projetos e Plantas.

23 – DO FORO CONTRATUAL

23.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiados que sejam para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos de sua execução.

Aracaju, 26 de novembro de 2025.

WAGNER DARY DA
SILVA:96777931520

Assinado de forma digital por
WAGNER DARY DA
SILVA:96777931520
Dados: 2025.11.26 12:55:40
-03'00'

WAGNER DARY DA SILVA
Coordenador de Projetos da DEARQ
Eng. Civil – CREA nº 270771497-6

Este documento foi assinado digitalmente por WAGNER DARY DA SILVA

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: TH7I-TZZZ-KLAV-DVLD



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 02/12/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

● WAGNER DARY DA SILVA 26/11/2025 12:55:40 (Certificado Digital)